

Gasto com educação não melhorou a produtividade

CLAUDIA SAFATLE

Uma das despesas que mais crescem no Orçamento da União é a folha de salários do Ministério da Educação. Era de R\$ 12,7 bilhões em 2006 e aumentou para R\$ 57,9 bilhões neste ano, com aumento de 355% em valores nominais. A força de trabalho da Educação, que absorvia, em média, 3.469 novos servidores por ano entre 1999 e 2007, acelerou para a média de 14.239 de 2008 até agora.

O MEC tem, hoje, 439.962 servidores, frente aos 255.568 que constavam da folha de pagamentos em 2000.

O aumento expressivo de professores decorre da abertura de novas instituições federais de ensino superior. Eram 61 no início da década passada e agora são 112.

É urgente discutir a qualidade do gasto público em educação

Esses são alguns indicadores do gasto da União com a educação pública no país, que concentra sua atuação sobretudo do ensino

superior.

Mesmo com o crescimento da despesa real com servidores ativos do MEC ter sido bem mais acelerada - 165% nos últimos dez anos - do que a expansão da folha de salários dos demais servidores civis da União - de 30% em igual período-, não há registro de ganhos de produtividade da economia brasileira nos anos recentes. A qualidade do ensino, com raras exceções, continua sofrível.

Esse é um problema gravíssimo. Diante das tendências demográficas, o aumento da produtividade deve ser o principal motor para o crescimento da economia. O investimento em educação de qualidade é o que mais elevaria a produtividade no país.

Dados do IBGE mostram que, com o envelhecimento da população, o público-alvo da política educacional - de zero a 24 anos - vai encolher em cerca de 20 milhões de pessoas nos próximos 40 anos. Isso deverá resultar, dentre outras, em queda da demanda por gasto público com educação.

Técnicos oficiais, envolvidos na elaboração de sugestões para o próximo governo, identificam uma mudança necessária na forma de contratação de professores no plano federal.

As normas de contratação são muito rígidas - o profissional entra por concurso e ficará por 25 anos ou mais naquela área. A mudança demográfica, porém, exige flexibilidade na forma e no tempo de duração dos contratos, para que novas demandas possam ser atendidas.

Os principais candidatos à Presidência parecem, segundo os seus programas de governo, cientes do desafio que enfrentarão para dar uma educação de qualidade aos jovens. Eles divergem nas soluções e ignoram a avaliação permanente do gasto.

Jair Bolsonaro, do PSL, promete dar "um salto de qualidade" na educação, com ênfase no ensino infantil, básico e técnico, "sem doutrinação". Ele quer instalar um





colégio militar em cada uma das capitais em dois anos. "Gastamos como os melhores", diz o seu programa de governo. "Educamos como os piores", completa, referindo-se ao gasto de 6% do PIB em educação no Brasil, acima da média de 5,5% do PIB dos países da OCDE.

Geraldo Alckmin, do PSDB, também se compromete a investir na educação básica e estabelece como meta crescer 50 pontos em oito anos no Pisa (exame internacional de avaliação do ensino médio). Para promover uma "revolução na educação básica", Alckmin pretende transformar a carreira do professor em uma das "mais prestigiadas e desejadas pelos nossos jovens".

Marina Silva, do Rede, diz que vai ampliar a oferta de creches, universalizar a educação infantil e acabar com o analfabetismo de cerca de 11,8 milhões de brasileiros acima de 15 anos. "Nosso primeiro compromisso é com a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE)", destaca o programa do Rede, que advoga, ainda, ampliar o acesso ao ensino superior, mantendo a política de cotas.

Candidato do PDT, Ciro Gomes assegura que investirá muito em educação. Alguns dos seus objetivos são: universalizar o acesso de 4 a 17 anos; eliminar o analfabetismo escolar; melhorar a qualidade do ensino; ampliar as cotas e elevar a média de anos de estudo da

população.

O programa do PT diz que "devolverá à educação prioridade estratégica" a partir das seguintes diretrizes: forte atuação na formação dos educadores, na reformulação do ensino médio e na expansão da educação integral. O PT defende, ainda, o cumprimento das metas do PNE, junto com os Estados e os municípios e a busca de um novo padrão de financiamento, visando atingir 10% do PIB em educação. Atenção especial será dada à valorização e à formação dos professores. "A meta é garantir que todas as crianças, adolescentes e jovens de 4 a 17 anos estejam na escola e que aprendam", diz o PT.

O quadro, no entanto, sugere "que há uma má alocação de recursos", diz o candidato do PMDB, Henrique Meirelles. A consequência é que o país gasta para formar alunos que não sabem o mínimo necessário para buscar um emprego. Meirelles quer treinamento e condições de trabalho para os professores e o fim da ideologização do ensino.

A maioria dos candidatos à Presidência tem como prioridade a educação infantil e fundamental. Meirelles promete criar o Pró-Criança, oferecendo às famílias atendidas pelo Bolsa Família o direito de colocar seus filhos em creches particulares.

Tanto o PT quanto o candidato do Psol, Guilherme Boulos,

pretendem revogar a recente reforma do ensino médio. O Psol quer, dentre várias outras propostas, ampliar as cotas raciais.

Alvaro Dias (Podemos) garante que 100% dos alunos estarão, até 2022, no ensino integral e se compromete com a capacitação dos professores.

João Amoêdo, do partido Novo, assinala que, apesar do aumento das verbas para educação, entre 2012 e 2016, o Brasil caiu sete posições no ranking do Pisa. Algumas de suas propostas são: universalizar o acesso das crianças às creches, priorizar a educação básica na alocação de recursos federais, imprimir uma gestão profissional na direção das escolas e criar programa de bolsas em escolas privadas para alunos do ensino público.

O Brasil já superou a solução simplista de aumentar as verbas para a educação. Trata-se, agora, de usar melhor o dinheiro público e de ter educadores mais qualificados nas salas de aula. Em um país tão injusto, é um crime perder a oportunidade de igualar as oportunidades através da educação.

Claudia Safatle é diretor-adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras

E - m a i l :
claudia.safatle@valor.com.br

União deve à Casa da Moeda, diz presidente

Por Edna Simão e Fábio Pupo |
De Brasília

Após encerrar o ano passado no vermelho, a Casa da Moeda demanda R\$ 400 milhões que diz estarem retidos pelo Tesouro Nacional após mudanças na legislação que afetaram as receitas da estatal. Até agora, no entanto, a equipe econômica só discute repassar R\$ 178 milhões à empresa.

O presidente da Casa da Moeda, Alexandre Borges Cabral, afirmou ao Valor que a retenção de recursos foi um dos fatores responsáveis pelo déficit de R\$ 117 milhões da estatal em 2017. É o primeiro resultado negativo em pelo menos dez anos, período em que há demonstrações financeiras publicadas. "A Casa da Moeda até 2016 sempre foi lucrativa. Mas nos últimos dois anos deram uma garfada no meu caixa", diz.

Ele relata o impacto de uma medida da Receita Federal (75/2016) que suspendeu, a partir de

dezembro de 2016, a obrigatoriedade do sistema de fiscalização de bebidas (o Sicobe). Com isso, a empresa declara ter havido uma queda de faturamento anual de R\$ 1,4 bilhão.

Além disso, Cabral que a estatal foi afetada pela aprovação de uma emenda constitucional (93/2016) que estabeleceu a retenção da Desvinculação de Receitas da União (DRU) de 30% sobre as receitas provenientes de certas taxas (uso de selos de controle e equipamentos contadores de produção). Segundo ele, o problema é que toda a arrecadação com esses itens passou a ser retida pelo Tesouro até que fosse alcançada a correta proporção de 30% de DRU e 70% de recursos destinados à Casa da Moeda retroativos a janeiro de 2016. Desse modo, o Tesouro inviabilizou o acesso aos recursos. "Eles retiveram os 30% e também os 70%, porque retroage a janeiro. Há dois anos que a gente se vira nos 30."

Segundo o presidente, a equipe econômica diz não poder pagar a

Casa da Moeda por ela ser uma estatal independente. "Por causa disso, ficamos sem receber os 30% e também os 70%", disse. Ele afirma que discutiu o assunto também com outras instâncias da Fazenda, como a secretaria-executiva do ministério. "Também demos entrada na Advocacia-Geral da União, que pacificou recentemente essa situação dizendo que é devido à Casa da Moeda e que os devidos recursos orçamentários têm de ser provisionados e colocados", afirmou.

Apesar de ele demandar os R\$ 400 milhões, o Valor apurou que o governo discute a liberação de só R\$ 178 milhões neste ano. Por isso, diz, a negociação continua.

Em 2018, diz ele, a Casa da Moeda deve melhorar o caixa, mas não o suficiente para voltar ao azul - diferentemente da expectativa anterior dele, de volta ao superávit neste ano. "Se o Tesouro devolver esse dinheiro, vamos ficar com caixa confortável. Mas ainda com prejuízo, menor do que o do ano passado", diz.





A negociação acontece depois de o governo lançar a discussão sobre a venda da Casa da Moeda em agosto de 2017 - algo que, nos bastidores, já é praticamente descartado. O presidente defende que é raro o caso de algum país no mundo deixar empresas privadas produzirem a moeda.

Enquanto não resolve o problema, a Casa da Moeda tenta encontrar formas para potencializar os resultados. A companhia fechou uma parceria com a empresa Ceptis, especializada em tecnologia de rastreabilidade, para aprimorar o sistema de fiscalização na produção de cigarros. O acordo, que deve ser publicado nesta sexta-feira no "Diário Oficial da União (DOU)", foi firmado com base na Lei das Estatais, que abriu a possibilidade desse tipo de negociação sem a necessidade de licitação.

O presidente da Ceptis, Philippe Ryser, destacou que a parceria prevê estudos de oportunidade e desenvolvimento conjunto, com transferência de tecnologia e abertura de mercados. "Temos uma matriz de responsabilidade que nos permite desenvolver tecnologias em conjunto por dez anos." No acordo, não há previsão de aportes de recursos públicos.

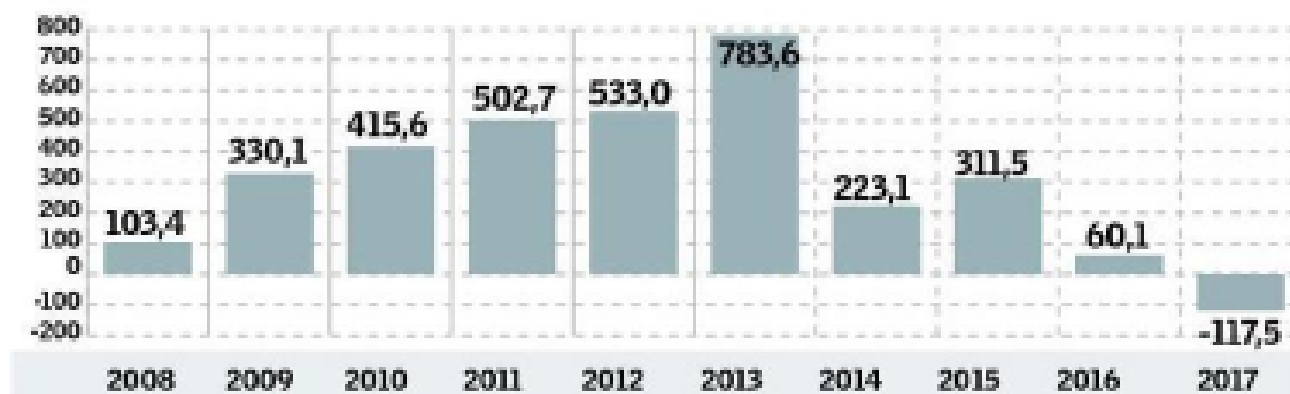
Além de fazer o controle da produção do cigarro desde a fábrica até o ponto de venda, a evolução do sistema de fiscalização permitirá a Receita Federal, por exemplo, disponibilizar um aplicativo para celular para a população verificar a autenticidade do cigarro, possibilitando ao cidadão denunciar produtos falsificados, contrabandeados e com subtributação.





Casa de ferreiro

Resultado financeiro da Casa da Moeda* -em R\$ milhões



■ Contas a receber de clientes

	Valores (em R\$)
Departamento de Polícia Federal	51.038.609,17
Ministério das Relações Exteriores	4.580.740,50
Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM/SP)	895.133,21
Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô/SP)	60.400,00
Outros	571.498,96
Total	67.476.576,72

R\$ 717,1 milhões é o quanto a empresa diz ter a receber por serviços prestados na fiscalização de cigarros e bebidas, de acordo com o balanço auditado

Fonte: Demonstrações financeiras da Casa da Moeda. *Valores correntes.

Depósito automático do PIS/Pasep está em estudo

Alternativa disponível para correntistas de Caixa e BB pode ser estendida a clientes de bancos privados; são R\$ 8 bi para 9 milhões de trabalhadores

Eduardo Rodrigues /
BRASÍLIA

Com a ampliação do programa de liberação dos recursos do PIS/Pasep para trabalhadores de todas as idades, o Ministério do Planejamento e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) estão avaliando com os bancos privados a possibilidade de se fazer o depósito automático dos valores nas contas dos correntistas. De acordo com o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, R\$ 4,7 bilhões foram pagos de forma automática a 5,9 milhões de clientes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Com a ampliação para os demais bancos, a expectativa é de que até mais R\$ 8 bilhões sejam depositados nas contas de 9

milhões de trabalhadores. “Bradesco e Itaú são os bancos que estão mais próximos de realizarem as operações, mas os demais bancos também estão estudando essa operacionalização”, afirmou o ministro ao Estadão/Broadcast. De acordo com ele, os bancos que aderirem terão de verificar se os correntistas movimentaram essas contas nos últimos seis meses, para evitar o depósito em contas que não são mais acessadas.

Além disso, o pagamento não poderá ser feito em contas negativadas, que teriam os recursos automaticamente “sequestrados” para o abatimento de débitos. “São recursos importantes para movimentar a economia. A estimativa é de que a cada R\$ 20 bilhões liberados há um impacto de 0,3 ponto percentual no Produto Interno Bruto (PIB)”, acrescentou Colnago. Desde o início da flexibilização do acesso aos valores em outubro de 2017, foram sacados R\$ 13,779 bilhões por 13 milhões de pessoas.

Isso corresponde a 45,5% dos cotistas do PIS/Pasep. Somente em agosto deste ano, 8,2 milhões de trabalhadores efetuaram resgates, que alcançaram R\$ 7,2 bilhões até o dia 19. O Planejamento detalhou ainda que continuam disponíveis R\$ 28,4 bilhões no fundo, correspondentes aos 15,6 milhões de cotistas que ainda não fizeram o resgate. Desse total que ainda resta no fundo, R\$ 10,7 bilhões se referem aos 7,8 milhões de trabalhadores com menos de 60 anos que têm até o dia 28 de setembro para realizarem os saques.

Mesmo com a adesão de mais bancos ao depósito automático, os trabalhadores que não possuem contas ativas nessas instituições ainda terão de procurar as agências da Caixa para sacar os recursos. “É muito improvável que esse prazo seja adiado, até porque uma alteração nessa data dependeria de uma mudança na lei, o que é muito difícil de acontecer no período atual”, afirmou o ministro.

Arrecadação tem melhor julho desde 2011

Crescimento real de 12,8% no mês ficou acima das expectativas da equipe econômica, e o governo deverá revisar a projeção de receitas para o ano

Eduardo Rodrigues

Lorena Rodrigues /
BRASÍLIA

Superados os efeitos da greve dos caminhoneiros, a arrecadação de impostos e contribuições federais teve crescimento real (acima da inflação) de 12,83% em julho e atingiu R\$ 129,6 bilhões, segundo dados da Receita Federal. O desempenho – melhor para os meses de julho desde 2011 – fará com que a equipe econômica revise para cima a projeções de receitas neste ano. No acumulado do ano, a arrecadação chegou a R\$ 843,8 bilhões, com alta real de 7,74% em relação aos sete primeiros meses de 2017.

O resultado da arrecadação ajuda o governo a cumprir a meta fiscal – que determina o quando as contas públicas devem ficar em um ano. Neste ano, a meta permite rombo de até R\$ 159 bilhões. O déficit (resultado negativo) do ano passado, de R\$ 124 bilhões, foi o segundo pior da história e o quarto

ano seguido de rombo. A previsão do governo é de que as contas públicas só retomem ao azul em 2022.

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse ao Estadão/Broadcast que, como os gastos federais já estão no limite da regra do teto (que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação), a “folga” dada pelo aumento da arrecadação não será usada para o aumento de gastos. Novas liberações de recursos só devem acontecer se outras despesas forem canceladas.

Por isso, segundo ele, os recursos poderão ser usados para um resultado primário (receitas menos despesas sem contar o pagamento dos juros da dívida) melhor ou para a capitalização de empresas estatais porque essa despesa não está sujeita ao teto. “Os recursos podem ser usados ainda em créditos extraordinários em casos de catástrofes naturais, mas esperamos que isso não seja necessário”, afirmou.

O resultado da arrecadação de julho foi ajudado pelo crescimento de 103,95% nas receitas administradas por outros órgãos – sobretudo royalties – em relação

a julho do ano passado, somando R\$ 10,891 bilhões. “Houve uma alta expressiva na arrecadação de royalties de petróleo por causa do aumento do preço internacional do barril e à variação do dólar”, explicou o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias.

Fatores.

Segundo ele, a recuperação da indústria após a greve dos caminhoneiros também colaborou para o bom desempenho das receitas no mês passado, assim como a melhora nas vendas de bens e serviços. A lucratividade das empresas foi outro fator positivo, já que a arrecadação do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) subiu 28% em julho. O sócio da Canepa Asset Alexandre Póvoa também avaliou que o resultado da arrecadação federal em julho sugere uma “limpeza” dos efeitos provocados pela greve dos caminhoneiros na economia. “Está voltando tudo. Os indicadores de julho ‘limpam’ todos os efeitos da greve”, comentou Póvoa.

COLABOROU EDUARDO
LAGUNA





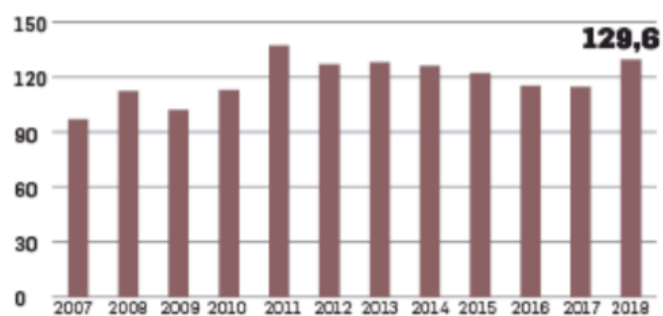
ACELEROU

- Melhora na indústria e ganhos com royalties contribuíram para aumento de receitas

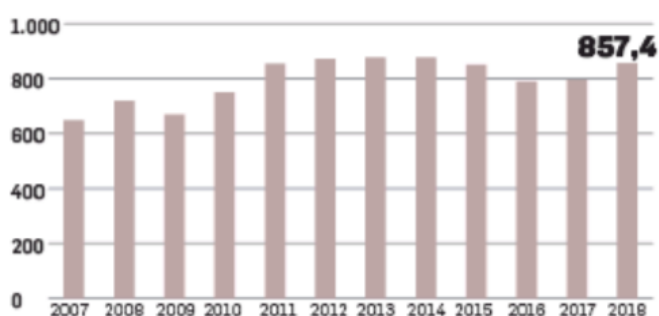
Arrecadação federal

EM BILHÕES DE REAIS, VALORES CORRIGIDOS PELO IPCA

Em julho de cada ano



De janeiro a julho



FONTE: RECEITA FEDERAL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

TRABALHO »

STF faz pressão por reajuste

Temer recebe ministros do Supremo para discutir aumento do Judiciário e pede que técnicos dos dois poderes se reúnam para analisar as contas. Equipe econômica resiste, pois impacto anual pode chegar a mais de R\$ 4 bilhões

» Alessandra Azevedo

O governo analisa a possibilidade de conceder reajuste de 16,38% para o Judiciário. Ontem, o presidente Michel Temer se reuniu com os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli e Luiz Fux e com a advogada-geral da União, Grace Mendonça.

O chefe do Executivo ouviu os argumentos dos ministros e de Grace para o aumento, uma vez que o Judiciário alega não ter correção dos rendimentos desde 2015. Temer ficou de avaliar a proposta e acertou uma série de reuniões entre técnicos do governo e do Judiciário para estudar a proposta.

Os ministros têm pressa em resolver o assunto, pois a despesa não está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, já aprovada pelo Congresso, e o governo tem até o próximo 31 de agosto para

encaminhar a proposta de Orçamento de 2019 ao Legislativo. Para que o reajuste seja analisado pelos parlamentares, é preciso que a peça orçamentária contenha a previsão de gastos.

Pelos cálculos do Supremo, a fatura anual, somente com o Judiciário, será de R\$ 700 milhões. Mas, como o aumento tem efeito cascata por todo o setor público, já que eleva o teto do funcionalismo de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,3 mil por mês, a conta pode ultrapassar os R\$ 4 bilhões ao ano.

A equipe econômica resiste ao reajuste, pois alega não haver espaço no Orçamento para incremento na folha salarial. Técnicos do Planejamento e da Fazenda, inclusive, já propuseram a Temer o adiamento do reajuste dos servidores de 2019 para 2020 para, com isso, fazer uma economia de quase R\$ 7 bilhões e fechar as contas.

O argumento da equipe econômica é que o governo precisa desses recursos para complementar os gastos com educação, saúde e investimento em infraestrutura. Na avaliação dos técnicos, é injusto propor o adiamento da última parcela do reajuste dos servidores e atender ao pleito do Judiciário.

Bancos privados pagarão PIS

O Ministério do Planejamento e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) fecharam parceria para ampliar os depósitos automáticos nas contas-correntes de cotistas do Fundo PIS/Pasep para os bancos privados, além da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. Um acordo de cooperação técnica será assinado nos próximos dias com as instituições interessadas. A medida, segundo o Planejamento, tem potencial de injetar R\$ 8 bilhões na economia e beneficiar 9 milhões de pessoas. Por medida de segurança, apenas as contas identificadas que tiverem com saldo positivo e foram movimentadas nos últimos seis meses estarão aptas a receber o depósito automático.

Arrecadação surpreende

O governo federal arrecadou R\$ 129,6 bilhões em julho, o que representa o melhor resultado em sete anos, segundo dados da Receita Federal. Houve alta real (descontada a inflação) de 12,8% nos ganhos do último mês, se comparados com o mesmo período de 2017. As estimativas de analistas no relatório Prisma Fiscal, divulgado pelo Ministério da Fazenda com as projeções, eram de R\$ 119,1 bilhões. Ou seja, a arrecadação de julho surpreendeu positivamente. No acumulado do ano, os ganhos foram de R\$ 843,8 bilhões, o que representa uma alta real de 7,74% em comparação com o mesmo período de 2017. Já no acumulado de 12 meses (agosto de 2017 e julho de 2018), a arrecadação atingiu R\$ 1,427 trilhão, aumento de 4,65%.